

Alternativa a considerar para os países endividados

Uma importante advertência foi feita na semana passada pelo banqueiro Minos Zombanakis, em palestra que proferiu no seminário "Ajustamento e Desenvolvimento na América Latina", promovido pela CEPAL. Segundo ele, não haverá mais recursos financeiros privados para os países do Terceiro Mundo nos próximos anos, devido ao "traumatismo" dos bancos internacionais com relação à dívida dos países mais pobres. Em função disso, os grandes bancos tendem a concentrar operações exclusivamente no âmbito dos países desenvolvidos.

Não se trata simplesmente de uma previsão alarmista, feita por uma pessoa qualquer. Embora pouco conhecido no Brasil, Zombanakis é figura de destaque nos meios financeiros internacionais. Além de seus interesses bancários na Grécia e no mercado londrino, Zombanakis é ex-diretor do departamento internacional do First Boston e da firma Blyth Eastman Dillon. Ele tem apresentado propostas práticas para encontrar uma saída para os problemas de

endividamento do Terceiro Mundo e agora propugna a criação de uma instituição internacional para suprir as necessidades de novos empréstimos pelos países em desenvolvimento, de modo a não condená-los à estagnação.

Temo-nos manifestado inteiramente favoráveis à criação de novos mecanismos para a concessão de empréstimos aos países endividados, especificamente para que eles possam promover o seu desenvolvimento, o que importaria em um reconhecimento por parte dos países industrializados de sua responsabilidade por uma crise que já se prolonga por dois anos.

O professor Celso Furtado lembrou recentemente, com propriedade, que, em 1975, em face dos problemas de balanço de pagamentos causados pelo primeiro choque do petróleo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) instituiu a "oil facility", uma linha de crédito especial para atender aos países mais duramente afetados pela alta dos preços do petróleo. Não seria absurdo que, a essa al-

tura, fosse instituída uma "interest facility", uma linha de crédito extra para possibilitar aos endividados pagarem uma substancial parcela dos juros devidos a seus credores. O Brasil, que não utilizou nenhum centavo da chamada "facilidade do petróleo", seria certamente um dos principais candidatos à segunda.

A sugestão é boa e poderá vir a ser implementada no futuro, mas deve-se reconhecer que isso demandará tempo, não só porque serão indispensáveis certos trâmites como a aprovação pela assembléia do FMI, como também porque será preciso primeiro vencer aquela instituição e os governos dos países industrializados a tomar uma iniciativa pela qual, no momento, não nutrem nenhum entusiasmo.

Assim, os países endividados, especialmente o Brasil, terão de encontrar meios de criar eles próprios, em negociações mais afirmativas com os bancos internacionais, a sua própria "facilidade dos juros". O ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni,

sugeriu, no seminário, a redução da taxa de juros para uma taxa histórica — estimada entre 6 e 7% —, sendo capitalizada a diferença em relação ao nível efetivo da "prime rate" no mercado.

Constituiria uma solução, mas não se deve esquecer que seria, assim, estabelecido um precedente que os bancos internacionais só aceitariam em última instância. Aparentemente, seria mais palatável para os bancos aceitar, como medida para pagamento dos juros durante certo tempo — três anos, pelo menos —, uma percentagem das exportações de cada país. Tal sistema teria a indiscutível vantagem de favorecer uma maior liberalização do comércio exterior em favor dos países endividados. O saldo não pago de juros seria, da mesma forma, capitalizado.

A idéia já conta com diversos defensores, mesmo nos países industrializados, e parece não haver outra alternativa se os bancos internacionais se encastelarem na recusa em não fornecer dinheiro novo.